

Legados dos megaeventos esportivos para a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo

Legacies of mega sport events for the pedagogic proposal of the *Programa Segundo Tempo*

OLIVEIRA AAB, SILVA JÚNIOR AP, ANVERSA ALB, FLORES PP, REPPOLD FILHO AR. Legados dos megaeventos esportivos para a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo. R. bras. Ci. e Mov 2019;27(4):20-31.

RESUMO: A realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016, trouxeram à tona, no Brasil, a discussão sobre os legados de megaeventos esportivos, em especial sobre como os investimentos públicos nestes eventos reverteriam em prol de projetos sociais esportivos. O objetivo dessa pesquisa foi debater, a partir de seus agentes sociais, como os legados dos megaeventos esportivos se refletem no desenvolvimento das ações do Programa Segundo Tempo (PST), um programa social esportivo de dimensão nacional levado a efeito pelo Governo Federal. A pesquisa, do tipo descritiva, utilizou um questionário fechado. Participaram do estudo 513 agentes do PST, integrantes de 27 convênios situados nas cinco regiões geográficas do Brasil, envolvidos diretamente com as ações administrativas (Coordenador Geral e Coordenador Pedagógico) e interventivas (Coordenador de Núcleo e Monitores). Para a análise das respostas aos questionários, empregou-se a estatística descritiva. Os dados foram organizados em duas categorias definidas *a priori*: 1) Possíveis legados dos megaeventos esportivos na proposta pedagógica do PST; 2) A contemplação da Educação Olímpica na proposta pedagógica do PST. Os resultados evidenciaram que, na proposta pedagógica do PST, há indicativos de estratégias que favorecem a consolidação dos legados destes megaeventos esportivos. Entretanto, ainda se fazem necessárias ações que reforcem o trabalho com os valores no esporte, centrais na Educação Olímpica. Considerando que o país se encontra em um momento pós-megaevento, os resultados desta pesquisa reiteram o valor dos programas sociais esportivos como uma estratégia governamental para fortalecer e concretizar os legados desses eventos, especialmente os legados sociais.

Palavras-chave: Megaeventos esportivos; Legado; Políticas públicas; Esporte educacional; Agentes sociais.

ABSTRACT: The 2014 Football World Cup and the Rio 2016 Olympics and Paralympics brought to the fore in Brazil a discussion about the legacies of mega sport events, especially about how public investments in these events would revert to social sport projects. The aim of the present research is to debate, according to the perspective of its social agents, how the sports mega events legacy reflexes on the development of actions taken of the *Programa Segundo Tempo* (PST), a social sport program of national dimension carried out by the Brazilian Federal Government. The research, of the descriptive type, used a closed question questionnaire. The participants of the study were 513 PST agents, who integrated 27 covenants from the five geographic regions of Brazil, directly involved with the administrative (General Coordinator and Pedagogical Coordinator) and intervening actions (Core Coordinator and Monitors). For the analysis of the questionnaire's responses, descriptive statistics were used. The data were organized in two categories defined *a priori*: 1) Possible legacies of the mega sport events for the pedagogical proposal of the PST; 2) The contemplation of Olympic Education in the pedagogical proposal of the PST. The results showed that, in the pedagogical proposal of the PST, there are indicatives of strategies that favor the consolidation of the legacies of these mega sport events. However, actions are still needed to strengthen the work with values in sport, central elements of the Olympic Education. Considering that the country is now in a post-mega event moment, the results of this research reiterate the value of sport social programs as a governmental strategy for strengthening and concretizing the legacies of these events, especially the social ones.

Key Words: Mega sport events; Legacy; Public policy; Educational sport; Social agentes.

Amauri A. B. de Oliveira¹
Arestides P. da Silva
Júnior²
Ana Luíza B. Anversa¹
Patric Paludett Flores¹
Alberto R. Reppold Filho³

¹Universidade Estadual de Maringá

²Universidade Estadual do Oeste do Paraná

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução

Atualmente, nota-se o grande número de publicações que visam analisar e discutir a temática dos megaeventos esportivos no Brasil^{1,2,3,4}, uma vez que o país sediou a Copa do Mundo de Futebol Masculino - 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro - 2016, o que torna esse tema um campo fértil de investigação, principalmente na área da Educação Física (EF).

Os megaeventos esportivos possuem caráter significativo por onde passam, estabelecendo vários legados a partir de suas realizações. Para essa pesquisa, entende-se por legados, conforme Villano e Terra⁵, todos os aspectos vinculados ao impacto político, social e financeiro de um determinado evento de grandiosidade pública com duração pré-estabelecida, os quais resultam em possibilidades à população e que têm caráter de herança.

Segundo Reppold Filho⁴, devido às suas dimensões, os megaeventos impactam e geram legados para as cidades e países nos quais são realizados. Estes “impactos e legados podem ser positivos e negativos, intencionais e não intencionais, tangíveis e intangíveis, entre outras caracterizações”^{6(p.113)}. Nesse sentido, pode-se considerar que há grande influência desses acontecimentos em diversos setores, dentre eles, nas políticas públicas de esporte.

É importante salientar que no Brasil, a partir da década de 1990, as políticas públicas da área do esporte começaram a obter maior destaque no cenário nacional por meio das “Conferências Nacionais do Esporte” organizadas pelo Ministério do Esporte (ME) e pela divisão das responsabilidades das políticas sociais com as ONG’s, sociedade civil e instituições privadas, de modo a atender aos anseios esportivos e de lazer, em especial as direcionadas para dimensão social do esporte, e as necessidades das camadas menos favorecidas da população⁷. As autoras ressaltam que a partir dos fomentos dos debates sobre o esporte e educação, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu no ano de 2003 as Metas de Desenvolvimento para o Milênio (MDMs), nas quais o esporte foi colocado como um dos instrumentos que pode contribuir na concretização das metas estabelecidas.

De modo a atender os indicativos apresentados pela organização, no ano de 2004 desencadearam discussões sobre os direcionamentos do esporte no Brasil, o que culminou na Política Nacional do Esporte, por meio do ME, que implantou vários programas e projetos nacionais voltados para o esporte em suas diversas vertentes, sejam eles de alto rendimento (Bolsa-atleta, Descoberta de Talento Esportivo, Olimpíadas Escolares, entre outros), para o lazer (Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, etc.) ou de cunho educacional (Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Programa Segundo Tempo e outros).

Para esta pesquisa, dar-se-á destaque as políticas públicas sociais, voltadas ao esporte educacional, que de acordo com a Lei n. 9.615/1998⁸ é aquele praticado nos sistemas de ensino e em forma assistemática de educação, evitando a seletividade e a hiper competitividade, primando pelo desenvolvimento integral do sujeito e sua formação para o exercício da cidadania e prática do lazer. Em específico, o Programa Segundo Tempo (PST), criado em 2003 e atualmente vinculado à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), o qual desenvolve a sua proposta pedagógica a partir da concepção do esporte educacional e, por isso se constitui como foco desta pesquisa.

No cenário nacional, nota-se a importância e a influência do PST enquanto programa social, uma vez que ele é potencializado como um dos legados esportivos apresentados no Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016⁹ na temática “inclusão social, juventude, esporte e educação”. Entretanto ressalta-se que sua expansão se tornou restrita, devido reflexos da crise política que se instaurou no país e culminou, no âmbito esportivo, em cortes de convênios com o terceiro setor e instituições não governamentais.

Mesmo com essas barreiras, o Programa chegou a atender mais de três milhões de beneficiados, por meio do Programa Esporte da Escola²⁴. Nesse sentido, ao perceber a dimensão que o Programa possui no país e a sua articulação com os megaeventos esportivos, em especial com os Jogos do Rio 2016, questiona-se: *Quais são os legados que se configuram na proposta pedagógica e ações do PST? Como que os agentes envolvidos diretamente com o Programa visualizam os possíveis legados na sua proposta?*

Tomando como base essa premissa, tais questionamentos podem estar diretamente ligados à proposta pedagógica do Programa e sua estratégia de formação de Recursos Humanos (RHs), visto que estas ações podem refletir na instauração e manutenção dos legados, pois se caracterizam em: oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; desenvolver valores sociais; contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; contribuir para a melhoria da qualidade de vida; e para a diminuição da exposição aos riscos sociais¹⁰.

Tais ações podem vir a contribuir na constituição de uma Educação Olímpica que segundo Miragaya¹¹, tem como objetivos proteger e promover os interesses comuns da sociedade humana, tais como paz, amizade e progresso. Seu conteúdo pedagógico abrange os valores humanistas que são universalmente aceitos pela sociedade humana, como, por exemplo, a busca pela excelência, o *fair play*, justiça e respeito. “O método básico de pedagogia é o esporte”, e “suas referências pedagógicas possuem significados universais que transcendem etnia, religião, política, *status* social e, várias outras barreiras sociais” (p. 41).

Nesse sentido, nota-se a relevância do tema, em especial, para que ações consistentes sejam tomadas no sentido de garantir legados dos megaeventos para o país, principalmente no contexto social e educacional. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi debater como os legados dos megaeventos esportivos se refletem no desenvolvimento das ações e na proposta do PST sob a perspectiva de seus agentes sociais.

Materiais e métodos

A pesquisa caracteriza-se como do tipo descritiva. Para a definição da amostra do estudo foi realizado um levantamento do número de convênios em vigência (parcerias institucionais firmadas com os governos estaduais, municipais e órgãos ou entidades federais para a implantação de núcleos de esporte educacional), em seguida, de maneira intencional, foram selecionados 27 convênios do PST, os quais estavam em vigência no ano de 2015, e a partir do critério de inclusão de ter efetivado no mínimo três renovações junto ao ME, o que reforça a ideia de vinculação dos RHs (Coordenador Geral, Coordenador Pedagógico, Coordenador de Núcleo e Monitor), bem como, a aproximação com a proposta do esporte educacional. Ressalta-se que os convênios selecionados contemplam as cinco regiões geográficas do Brasil (norte, nordeste, sudeste, centro-oeste e sul) e o convite para participar da pesquisa se deu via e-mail junto ao Coordenador Geral, que em um segundo momento encaminhou o *link* com o questionário para todos os RHs vinculados ao seu convênio.

Nestes convênios, verificou-se o vínculo de 1.170 RHs que já haviam participado de, no mínimo, um processo de capacitação pedagógica, sendo este um critério de inclusão dos RHs na pesquisa, uma vez que este processo dá subsídios para uma melhor compreensão e aplicação da proposta do PST. Destes, 513 RHs aceitaram participar da pesquisa e retornaram o *link* (<http://goo.gl/5UEB29>) (Quadro 1). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Quadro 1. Relação de RHs participantes da pesquisa.

Função	População	N amostra probabilístico	Amostra	Percentual por categoria
Coordenador Geral (CG)	27	26	25	92,6
Coordenador Pedagógico (CP)	27	26	23	85,2
Coordenador de Núcleo (CN)	558	228	267	47,8
Monitor (MO)	558	228	198	35,5
TOTAL de RHs	1,170	290	513	43,8

Fonte: os autores.

Vale destacar que cada um dos RHs envolvidos nos convênios desenvolvem funções e responsabilidades distintas dentro do Programa. O CG exerce uma função prioritariamente gerencial, por isso o mesmo deve ser um profissional com nível superior completo e experiência comprovada em gestão e/ou administração de projetos esportivos educacionais. O CP deve ser formado em EF ou Esporte, ter experiência pedagógica em coordenação, supervisão e orientação uma vez que atua na elaboração de estratégias e metas pedagógicas para os convênios. Já os CN e MO são responsáveis pela efetividade prática da proposta, cabendo ao primeiro, ser formado em EF e desenvolver as ações estruturantes de funcionamento dos núcleos, zelando pelo planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades, e aos segundos, acadêmicos do curso de EF ou Esporte, assessorar o CN no desempenho de suas funções, zelando pela organização, segurança e qualidade no atendimento aos beneficiados.

Levando em consideração as funções e responsabilidades descritas, foram elaborados questionários, direcionados a cada categoria dos RHs envolvidos. Os questionários foram elaborados a partir de uma matriz analítica que agrega os objetivos, indicadores e as questões direcionadas. O instrumento passou por um processo de validação de clareza, pertinência e relevância, no qual o questionário foi enviado para a apreciação de cinco professores especialistas da área com titulação de doutor. O instrumento foi considerado válido, pois os resultados apontaram índices iguais ou superiores a 80% nos três quesitos¹⁵.

Em seguida os instrumentos foram disponibilizados para preenchimento dos participantes por meio do aplicativo *Google Docs*, por um período de 40 dias. As questões foram direcionadas para o debate dos possíveis legados dos megaeventos esportivos nos cursos de formação continuada e a identificação e contemplação dos valores olímpicos nas propostas do convênio e do PST. Os respondentes poderiam assinalar mais de uma alternativa. Dessa forma, o percentual utilizado é referente ao indicador específico e não à somatória dos RHs.

Para melhor apresentação dos resultados, os dados foram organizados em duas categorias traçadas *a priori* a partir do referencial teórico adotado e dos objetivos estabelecidos, sendo: 1) Possíveis legados dos megaeventos esportivos na proposta do PST; e 2) A contemplação da Educação Olímpica na proposta do PST. Para o tratamento dos dados, recorreu-se à estatística descritiva (frequência e percentual), com a utilização do programa *Microsoft Excel for Windows*.

Destaca-se que a pesquisa foi autorizada pelo Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais (DEDAP) do ME para coleta de dados e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob o Parecer 692.014/2014.

Resultados e discussão

Possíveis legados dos megaeventos esportivos na proposta do PST

Antes de adentrar nas temáticas discutidas junto aos RHs, vale ressaltar que o processo de capacitação do PST se pauta nas Diretrizes do Programa e na proposta pedagógica desenvolvida, a fim de efetivar uma ação interventiva que proporcione o ensino e a prática do esporte educacional sob os princípios da pluralidade, integração, participação e emancipação¹⁰. Também é importante destacar que a formação no PST é estruturada em três momentos, sendo: 1º) Ações desenvolvidas por meio da plataforma *Moodle*, nas quais são realizadas atividades e discussões das temáticas que fundamentam e norteiam o Programa; 2º) Atividades práticas junto aos CN e MO, traçando aproximações com as atividades realizadas no primeiro momento e os materiais pedagógicos do Programa; 3º) Encontros quinzenais à distância via *Moodle*, a fim de promover a discussão de ações cotidianas dos núcleos com temas, textos e ações necessárias para o desenvolvimento da proposta.

Diante dos esclarecimentos apresentados, inicialmente, buscou-se identificar a percepção dos RHs sobre a discussão dos possíveis legados dos megaeventos esportivos nos cursos de formação continuada ofertados pelo Programa (Tabela 1).

Tabela 1. Questões discutidas na formação continuada referente aos possíveis legados dos megaeventos esportivos.

Respostas	RHs do PST				Geral (n=513)
	CG (n=25)	CP (n=23)	CN (n=267)	MO (n=198)	
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)	
Incentivo à prática regular de atividade física	18 (72)	21 (91,3)	143 (53,6)	150 (75,8)	308 (60)
Potencialização da educação olímpica	6 (24)	7 (30,4)	28 (10,5)	26 (13,1)	63 (12,3)
Valorização do profissional de EF	9 (36)	13 (56,5)	60 (22,5)	65 (32,8)	136 (26,5)
Potencialização das políticas públicas	17 (68)	16 (69,6)	105 (39,3)	57 (28,8)	182 (35,5)
voltadas ao desenvolvimento do esporte					
Não são discutidas	3 (12)	0 (0)	13 (4,9)	18 (9,1)	32 (6,2)

O incentivo à prática regular de atividade física foi à categoria mais indicada pelos RHs (60%) como questão discutida na formação continuada em relação aos possíveis legados dos megaeventos esportivos. Estudos realizados por Pires¹⁷; Preuss⁶; Mourão *et al.*¹⁸ e Ribeiro, Soares e Da Costa¹⁹ destacam que o interesse pela atividade física e por esportes aumenta com a aproximação dos megaeventos esportivos, uma vez que ocorre uma propagação da cultura olímpica e essa se dá em caráter local, regional e nacional.

No entanto, tal constatação não é consenso no campo acadêmico, tendo em vista que estudos^{20,21,22} revelam que apenas a realização dos megaeventos esportivos por si só não apresenta uma relação direta com o aumento da prática de atividade física pela população. O processo é mais complexo e envolve ações que necessitam de planejamento e investimento, mas que normalmente são relegadas por se tratar de um trabalho educativo que não apresenta resultados em curto prazo, característica essa dos legados intangíveis.

Voltando para a formação continuada do Programa, Perim e Oliveira²³ destacam que nas ações desenvolvidas, os professores são instigados a desenvolver uma prática pedagógica do esporte sob a vertente cultural, avançando com os preceitos da democratização da prática com qualidade, a fim de propiciar uma compreensão e extensão da prática da

atividade física nas ações diárias dos beneficiados, em suas múltiplas relações interpessoais. Além disso, o incentivo à atividade física deve ser entendido como forma de transcender ações impositivas e desconexas do campo educacional inseridos no contexto dos programas sociais esportivos, as quais não fortalecem a ideia de uma herança cultural de estilo de vida ativo para a promoção da saúde.

Quanto às discussões sobre a potencialização das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do esporte, 35,5% do percentual geral dos RHs indicaram este aspecto. No entanto, ficaram evidentes os percentuais mais elevados dos CG (68%) e CP (69,6%) em relação aos CN (39,3%) e MO (28,8%). Tal constatação pode ser considerada como esperada, tendo em vista que os CG e CP são os agentes responsáveis pelas questões administrativas, burocráticas e pedagógicas dos convênios, assim, possivelmente possuem maior propriedade nas questões referentes às políticas públicas de esporte e buscam traçar estratégias que valorizam mais este aspecto.

Vale destacar, que a categoria potencialização das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do esporte, também se faz presente entre as ações fomentadas pelo Governo Federal brasileiro, em especial na proposta do Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro. Neste documento, entre os aspectos apontados, destaca-se a ampliação do PST por meio da parceria com o Programa Mais Educação⁹. A integração do PST do ME ao Programa Mais Educação do Ministério da Educação é denominada de “Esporte da Escola” e tais programas atenderam no ano de 2015 a mais de três milhões de beneficiados²⁴. Também é importante destacar o orçamento do ME para o ano de 2015 direcionado ao esporte educacional, de lazer e de inclusão social, totalizava R\$ 375 milhões²⁵. No entanto, sabe-se que este investimento ainda é desproporcional em relação ao esporte de rendimento, principalmente em época de megaeventos esportivos, na qual o olhar é mais direcionado a ações imediatistas em busca de resultados e medalhas. O investimento no esporte educacional favorece a participação de milhares de crianças e adolescentes em programas sociais e educacionais, bem como a possibilidade da contratação de profissionais para atender a esta demanda.

Com a intenção do Governo Federal de ampliar o atendimento de projetos sociais, há a necessidade de contratação de novos RHs para o desenvolvimento das ações e, por conseguinte, maior oferta de cursos de formação e qualificação profissional. Nesse sentido, outra categoria elencada pelos participantes da pesquisa como fator importante para instauração do legado esportivo no país, foi a valorização do profissional de EF, em que 26,5% do percentual geral dos RHs destacaram. Contudo, como apontam Carvalho, Melo e Da Costa²⁶, a valorização profissional demanda de condições salariais, reconhecimento social do profissional, equipamentos adequados para o exercício profissional e carga horária de trabalho semanal. No caso de políticas públicas de esporte e lazer, essa valorização do profissional demanda também o envolvimento ativo dos mesmos em ações nos âmbitos municipal, estadual e federal, que subsidiem o olhar para o esporte em seu aspecto pedagógico, social e inclusivo, atendendo aos objetivos dos programas governamentais direcionados ao esporte educacional²⁷.

Estudos de Carvalho, Melo e Da Costa²⁶; Betti²⁸ e Ribeiro, Soares e Da Costa¹⁹, mostram que não existe uma alteração significativa sobre o *status* profissional a partir dos megaeventos esportivos, uma vez que para o acontecimento de tal ação é necessário um trabalho da cultura esportiva em especial no âmbito escolar, os autores alegam ainda, que pouco foi feito até o momento por parte dos órgãos gestores. Sendo assim, ressalta-se a necessidade de ações governamentais e do Conselho Profissional da área, voltarem suas ações para um trabalho de valorização do profissional e das práticas corporais em seus múltiplos contextos.

Além disso, fazem-se necessárias ações que potencializem a Educação Olímpica. Esse aspecto se coloca como uma categoria pouco indicada pelos RHs de forma geral (12,2%), o que pode ser considerado preocupante, devido à sua importância nos legados dos megaeventos esportivos. A Educação Olímpica representa um papel crucial para a promoção da compreensão e tolerância em termos de valores culturais na variedade que naturalmente se apresentam, e os megaeventos esportivos podem fomentar discussões sobre o multiculturalismo e o respeito às diferenças²⁹.

Outro percentual que não pode ser desconsiderado é o de que, 6,2% dos RHs não identificam a discussão de questões ligadas aos megaeventos esportivos na formação continuada. Por mais que este percentual seja baixo, deve ser considerado como forma de reforço na reanálise das ações desenvolvidas nos cursos, a fim de que os aspectos relacionados aos megaeventos esportivos e, sobretudo aos legados intangíveis, não sejam esquecidos ou deixados em segundo plano nas discussões fomentadas e práticas desenvolvidas.

A identificação e contemplação da educação olímpica na proposta do PST

Outra questão foi sobre a identificação e a possibilidade de inserção dos valores olímpicos (amizade, excelência, respeito, determinação, coragem, igualdade e inspiração) na proposta do Programa (Tabela 2).

Tabela 2. Percentual (%) de identificação dos valores olímpicos na proposta do PST.

Respostas	RHs do PST				
	CG (n=25)	CP (n=23)	CN (n=267)	MO (n=198)	Geral (n=513)
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)
Nas diretrizes do PST	22 (88)	21 (91,3)	204 (76,4)	152 (76,8)	372 (72,5)
Nos materiais didáticos	19 (76)	16 (69,6)	121 (45,3)	81 (40,9)	221 (43,1)
Nas capacitações	17 (68)	18 (78,3)	133 (49,8)	88 (44,4)	239 (46,5)
Não são identificados	1 (4)	0 (0)	9 (3,4)	10 (5,1)	18 (3,6)

De forma geral, os resultados apresentados são satisfatórios, principalmente no que tange às Diretrizes do Programa, em que 72,5% dos RHs identificam os valores olímpicos. São evidentes o reforço e a ênfase em relação ao “desenvolvimento de valores como a moral, a ética, a solidariedade, a fraternidade e a cooperação”^{10(p.4)} em consonância com os valores olímpicos, propostos na Educação Olímpica.

Mesmo considerando que as Diretrizes do PST contemplam valores sociais apreciados no entendimento da Educação Olímpica, seria interessante e pertinente apresentar indicativos mais específicos ao desenvolvimento dos valores olímpicos no Programa, por exemplo, na apresentação de seus princípios, objetivos e fundamentação pedagógica.

Quanto aos materiais didáticos é importante salientar que o PST possui vasto material pedagógico, específico e elaborado para as ações do Programa, caracterizado principalmente pela sua identificação pedagógica, quantidade de obras, diversidade de temas, atualização dos números e temáticas, aspectos estes que certamente implicam na atuação pedagógica dos RHs junto aos beneficiados dos núcleos. Quanto à identificação dos valores olímpicos nestes materiais, apenas um dos livros publicados é específico e direcionado a esta temática, denominado “Recreio nas férias e os valores olímpicos”³¹. No entanto, é importante salientar que mesmo os materiais didáticos utilizados não sendo específicos, contemplam e enfatizam os valores olímpicos em todas as produções. Tal constatação foi identificada por 43,1% dos RHs (geral), com destaque para os valores de CG (76%) e CP (69,6%).

No que diz respeito às capacitações, os resultados são semelhantes aos dos materiais didáticos, em que 46,5% de todos os integrantes dos RHs identificam os valores olímpicos, novamente com destaque para os integrantes da CG (68%) e CP (78,3%). Tais resultados reforçam a necessidade de um trabalho incessante que enfatize as discussões e reflexões dos valores olímpicos no desenvolvimento das ações do PST durante a realização das capacitações pedagógicas.

O percentual de respostas dos RHs que não identificam os valores olímpicos na proposta do Programa é baixo, representado por apenas 3,6% do total dos participantes da pesquisa, o que demonstra que a estratégia pedagógica contempla os valores olímpicos na visão dos RHs. No entanto, considerando os valores apresentados e destacados anteriormente, faz-se necessário investir na educação olímpica no PST como forma de educar para a vida dos beneficiados, "utilizando a prática esportiva como agente de promoção de saúde, socialização e cidadania, transmitindo sólidos valores morais de cooperação e solidariedade"^{32(p.130)}.

É reconhecido na literatura^{29,31,32,33} os aspectos positivos e os benefícios da educação olímpica e seus valores à população em geral, sobretudo para crianças e adolescentes, que se encontram numa fase de aprendizado e de novas experiências, as quais poderão agregar na qualidade de vida e na promoção da saúde. Rubio³³ reforça a ideia de potencialização e valorização da Educação Olímpica, entendendo que é preciso pensar nas diversas mudanças dos valores olímpicos ao longo século, atentos as suas contradições, de maneira que possam sustentar as ações no desenvolvimento da educação olímpica.

Nesse sentido, esses valores caracterizados como legados intangíveis são utilizados pelos governos como marketing e propagação dos megaeventos, utilizando-se do esporte como ferramenta política, de conotação positiva, mas com um discurso por vezes superficial, o qual apresenta dificuldades de sustentar a sua eficácia na prática. Considerando isso, essa pesquisa traz os resultados dos agentes que atuam diretamente no contexto inserido, favorecendo a confiabilidade do panorama que se apresenta.

Dantas Junior³⁴ afirma que os legados intangíveis são aqueles de ordem imaterial relacionados com a educação, a cultura e o contexto social dos indivíduos. Os legados intangíveis, nesse caso se tratando da educação e valores olímpicos, apresentam esse discurso "romântico" e "formoso", mas que na prática são difíceis de serem efetivados e/ou comprovados. Bernabé e Starepravo³⁵ acrescentam a essa limitação à ênfase dada ao desenvolvimento econômico e a construção de infraestrutura material que fica para o país sede do evento (legados tangíveis).

Apesar das críticas e desconfianças quanto aos legados intangíveis, assim como a valorização dos legados tangíveis, é de fundamental importância a materialização da educação olímpica e seus valores nos projetos sociais esportivos, pois apresentam uma via de acesso fácil com os beneficiados. Porém, devem ser implementados de forma que transcendam discursos rasos, prontos e não-críticos, possibilitando um processo educativo que favoreça o exercício da autonomia dos jovens participantes. Além desses projetos, a EF escolar também se mostra como importante ferramenta na educação olímpica, mas que, na maioria das vezes, não é explorada como poderia e deveria ser^{35,36,37}.

Silva Júnior *et al.*³⁶ realizaram uma pesquisa sobre os legados no campo social e educacional após a realização dos megaeventos esportivos no Brasil e alertaram sobre a importância e necessidade de maior investimento nesses segmentos, sobretudo para os jovens, como forma de ampliação e consolidação do aprendizado esportivo, os valores olímpicos e a constituição de hábitos saudáveis à população.

Considerando a importância da Educação Olímpica, em especial, os valores olímpicos, um aspecto que vale a pena reforçar nos achados apresentados na Tabela 2 é o de que em todas as respostas os percentuais de CN e MO, que são aqueles que atuam diretamente com os beneficiados do Programa, são nitidamente inferiores aos de CG e CP. Isso suscita a preocupação de saber e investigar se aquilo que é pensado e estruturado como "ideal" para o PST tem se refletido na prática. No entanto, tratando-se de um legado intangível, esta é uma tarefa bastante complexa, seja no seu planejamento, aplicação e/ou avaliação, mas que, sem dúvidas, deve ser pensada e contemplada na proposta pedagógica do PST.

Nesse direcionamento, na questão 3 os RHs foram questionados sobre a contemplação dos valores olímpicos nas propostas do convênio (Tabela 3).

Tabela 3. Contemplação dos valores olímpicos nas propostas do convênio.

Respostas	RHs do PST				
	CG	CP	CN	MO	Geral
	(n=25)	(n=23)	(n=267)	(n=198)	(n=513)
	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)	f (%)
PPC	15 (60)	11 (47,8)	109 (42,4)	84 (42,4)	204 (39,8)
PPNs	17 (68)	16 (69,6)	170 (63,7)	94 (47,5)	277 (54,0)
Formação continuada	14 (56)	16 (69,6)	126 (47,2)	89 (44,9)	22 (44,5)
Não são contemplados	8 (2)	1 (4,3)	26 (9,7)	21 (10,6)	47 (9,1)

Face ao processo específico e peculiar de acompanhamento e assessoria pedagógica do Programa, é importante esclarecer a dinâmica do processo que envolve a proposta do convênio. A primeira ação se refere à capacitação do CG para que receba as informações relacionadas ao processo de gerenciamento e desenvolvimento das ações administrativas. Na sequência, o convênio, por meio de seu Coordenador Geral, deverá elaborar o Projeto Pedagógico do Convênio (PPC) com assessoria de uma Equipe Pedagógica, documento este que servirá de referência a todos os núcleos. Após a aprovação do PPC, o CG e equipe de Coordenadores elaborarão os Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos (PPNs) que também são acompanhados e apoiados pelas Equipes Colaboradoras formadas por professores vinculados às universidades públicas brasileiras. Simultaneamente, os CN e CP participam do processo de capacitação pedagógica do Programa³⁰.

Vale destacar que a proposta do PST incrementou e passou a exigir, a partir do ano de 2008, que todos os convênios apresentassem um PPC (ampliado ao convênio) e um PPN que atenderia a cada especificidade de localidade com a qual este núcleo estaria vinculado. Estes planos começaram a ter uma assessoria direta das Equipes Colaboradoras, que por sua vez, passaram a auxiliar na organização e estruturação pedagógica dos planos por meio de encontros, estratégias de comunicação pela informática e capacitações específicas. Portanto, os planos passaram a ter um papel substancial na efetivação dos convênios e um acompanhamento mais de perto da gestão do ME, sendo um instrumento valioso na avaliação de desempenho dos convênios, podendo se constituir como instrumentos significativos de indicadores de preocupações dos convênios com os possíveis legados dos megaeventos esportivos³⁰.

Na Tabela 3 é possível identificar que no PPC, o percentual geral dos RHs que visualizam os princípios da Educação Olímpica foi de 39,8%. O percentual mais alto foi do CG, em que 60% identificam os valores no PPC. Talvez pelo fato de ser ele o responsável pela elaboração do PPC. Este é, portanto, quem deveria possuir mais domínio deste planejamento. Considerando que o PST é um dos legados apresentados na proposta de candidatura dos Jogos Olímpicos no Brasil⁹, sugere-se que logo na elaboração do PPC, que é a primeira ação pedagógica do convênio, a Equipe Pedagógica estimule os CG a pensarem sobre a Educação Olímpica, no que se refere à inclusão dos valores olímpicos no planejamento, pois assim, a chance de chegar efetivamente na intervenção com os beneficiados do Programa aumentará consideravelmente.

Já os percentuais encontrados em relação aos PPNs são um pouco mais elevados. De forma geral, 54% dos RHs identificam a contemplação dos valores olímpicos nestes planejamentos. Nos RHs, o percentual mais baixo identificado foi de 47,5% para os MOs e merece atenção para o desdobramento das ações. Tal constatação pode se dar em função de maior rotatividade dos MOs no Programa, pois o tempo de permanência deste RH é menor e instável, devido a fatores como o momento de formação acadêmica, indecisão de área de atuação, falta de oportunidades, insatisfação salarial, dentre outros. Apesar destes elementos, o PST é conhecido como um importante Programa na

formação e no crescimento profissional dos MOs que se encontram amparados e assessorados pelos CN.

Quanto à contemplação dos valores olímpicos na formação continuada, 44,5% dos RHs (geral) visualizam a incorporação deste aspecto no trabalho formativo. Por outro lado, um resultado que merece destaque foi referente aos CP, em que 69,6% identificam a contemplação dos valores olímpicos na formação continuada. Dessa forma, considera-se de fundamental importância que, além da apreciação dos valores olímpicos nos PPCs e PPNs dos convênios, o processo de formação continuada reitere e reforce a magnitude, relevância e significado do trabalho da educação olímpica e os valores relacionados para toda a vida das crianças e adolescentes atendidas pelo PST^{32,33}.

De forma geral, os resultados apresentados e discutidos nas Tabelas 2 e 3 demonstram haver preocupação em se trabalhar dentro dos princípios da Educação Olímpica, em especial os valores olímpicos, tanto na proposta do PST de forma geral quanto nos convênios e núcleos. No entanto, tal constatação, revela como fragilidade eminente a diferença encontrada entre os RHs de cunho mais administrativo e pedagógico (CG e CP) em relação aos RHs de atuação prática junto aos beneficiados (CN e MO), o que demonstra uma falha em cadeia, na qual os CG e CP não estão conseguindo reforçar com efetividade a proposta de contemplação dos valores olímpicos junto aos RHs que atuam diretamente com os jovens atendidos pelo Programa. Desta forma, há a necessidade de aprimorar o fortalecimento das ações e o trato pedagógico junto aos RHs práticos (CN e MO) do Programa.

Considerações finais

Como desfecho, frente ao momento em que o Brasil se encontra, pós sediar megaeventos esportivos, emerge a necessidade da valorização dos Programas Sociais Esportivos como canal propício para o fortalecimento e concretização dos legados, sobretudo os intangíveis, por meio do incentivo à prática de atividades físicas e esportivas, fortalecimento da educação olímpica, potencialização das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do esporte, valorização do profissional de EF, dentre outros. Esse momento pós sediar os megaeventos esportivos poderia e deveria ser uma oportunidade de avanços nas diversas dimensões, mas, sobretudo no social e educacional, proporcionando conhecimentos, experiências e culturas que favoreçam o crescimento pessoal e social dos indivíduos.

Nesse sentido, o PST pode se configurar como um fomentador iminente para a obtenção destes legados, uma vez que, dentre as evidências desta pesquisa, constatou-se que na sua proposta pedagógica (Diretrizes do Programa, materiais didáticos pedagógicos, capacitações, formação continuada, PPC, PPNs, dentre outros) há indicativos consistentes que contemplam e valorizam a aquisição dos legados dos megaeventos esportivos, principalmente os relacionados à formação da cidadania e promoção da saúde, como: educação, moral, ética, inclusão social, solidariedade, cooperação, estímulo a hábitos saudáveis e a prática de atividade física e esportiva.

No entanto, vale ressaltar, como forma de aprimoramento do Programa, a necessidade de um trabalho destinado aos valores olímpicos, cujos princípios norteadores são apresentados e expostos de forma abrangente, não ofertando um direcionamento específico aos legados dos megaeventos esportivos.

Quanto ao cotidiano de ações dos convênios e núcleos do Programa, os resultados indicam que, de forma geral, os RHs têm se preocupado e trabalhado os assuntos, temas e questões ligados aos legados dos megaeventos esportivos, mesmo que, em alguns casos, de forma limitada. No entanto, constatou-se uma discrepância nos valores dos RHs, em que normalmente os percentuais dos CG e CP (que são os responsáveis pelas questões administrativas, organizacionais, burocráticas e pedagógicas) eram superiores aos dos CN e MO (que são os responsáveis pela aplicabilidade da proposta do PST junto aos beneficiados). Essa lacuna em rede demonstra fragilidade em transpor com efetividade a proposta de contemplação dos legados e valores olímpicos da “teoria para a prática” e do “campo burocrático e acadêmico para o campo de atuação”. Por fim, ressalta-se que o estudo se limita por apresentar a visão dos agentes vinculados ao Programa apenas por meio de premissas apresentadas no instrumento de coleta de dados. Deste modo, novas pesquisas

podem ser feitas a partir dessa temática, considerando outros indicadores e reflexões não contemplados nesse estudo.

Referências

1. Rubio K. Megaeventos esportivos: legado e responsabilidade social. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2007.
2. Da Costa LP, Rizuti E, Villano B, Miragaya A. Legados de Megaeventos Esportivos. Brasília: Ministério do Esporte; 2008.
3. Mascarenhas G, Bienenstein G, Sánchez F. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2011.
4. Reppold Filho AR. Megaeventos esportivos e ciências do esporte no Brasil. In: Tondin G, Vidal Jr, Feix E, organizadores. Esporte e lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas; 2013. p. 113-128.
5. Villano B, Terra R. Definindo a temática de Legados de Megaeventos Esportivos. In: Da Costa L, Corrêa D, Rizzuti E, Villano B, Miragaya A, organizadores. Legado de Megaeventos Esportivos. Brasília: Ministério do Esporte; 2008. p. 103-106.
6. Preuss H. The Conceptualisation and Measurement of Mega Sport Event Legacies. *Journal of Sport & Tourism* 2007; 12(3-4): 207-228.
7. Hecktheuer LFA, Silva MRS, Silva RMS. O esporte nos projetos sociais e a produção dos sujeitos vulneráveis. In: Fraga AB, *et al*, organizadores. Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos. Porto Alegre: Gênese; 2009. p. 89-99.
8. Brasil. Lei 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências; 1998.
9. Comitê Rio 2016. Rio 2016: cidade candidata. Dossiê de candidatura. Rio de Janeiro: COB; 2009.
10. Brasil. Ministério do Esporte. Diretrizes do Programa Segundo Tempo; 2014.
11. Miragaya A. Educação Olímpica: o legado de Coubertein no Brasil. In: Reppold Filho AR, Pinto LMM, Rodrigues RP, Engelman S, organizadores. Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2009. p. 41-54.
12. Tavares O. Megaeventos esportivos. *Movimento*. 2011; 17(3): 11-35.
13. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2010.
14. Bogdan R, Biklen S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora: Porto; 2013.
15. Cassepp-Borges V, Balbinotti MAA, Teodoro MLM. Tradução e validação de instrumentos. In: Pasquali L, organizador. Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed; 2009. p. 506-520.
16. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2013.
17. Pires GLP. A educação física e o discurso midiático: abordagem crítico-emancipatória em pesquisa-ação no ensino de graduação. Subsídios para a saúde? [Tese de Doutorado]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física; 2000.
18. Mourão L, Vianna A, Moura D, Luzia M. Útil e agradável? Um diagnóstico da percepção de acadêmicos da Educação Física sobre os Jogos Pan-americanos e sua adesão ao voluntariado. In: Da Costa L, Corrêa D, Rizzuti E, Villano B, Miragaya A, organizadores. Legados de megaeventos esportivos. Brasília: Ministério do Esporte; 2008. p. 285-292.
19. Riberiro CHV, Soares AJG, Da Costa LP. Percepção sobre o legado dos megaeventos esportivos no Brasil: o caso da Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte* 2014; 36(2): 447-466.
20. Coakley J, Souza DL. Sport mega-events: can legacies and development be equitable and sustainable? *Motriz* 2013; 19(3): 580-589.
21. Moser A. Instituto Esporte & Educação: à espera de uma política esportiva. 2013 [Internet]. Disponível em: www.esporteeducacao.com.br. [2017 set 15].
22. Darido SC, Rodrigues HÁ, Rufino LGB, Souza Junior OM. Os megaeventos esportivos no Brasil: algumas possibilidades para a Educação Física escolar e a formação profissional continuada como legado. In: Marinho A, Nascimento JV, Oliveira AAB, organizadores. Legados do esporte brasileiro. Florianópolis: Ed. da UDESC; 2014. p. 163-194.

23. Perim GL, Oliveira AAB. Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. Maringá: Eduem; 2009.
24. Brasil. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social [Internet]. Site do Programa Segundo Tempo. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo-na-escola>. [2017 ago 27].
25. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Orçamentos da União exercício financeiro 2015: projeto de lei orçamentária. - Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/PLOA2015/Volume_II_PLOA_2015.pdf. [2017 set 10].
26. Carvalho L, Melo A, Da Costa L. Percepção dos profissionais de educação física do Rio de Janeiro e Espírito Santo sobre impactos dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007. In: Da Costa L, Corrêa D, Rizutti E, Villano B, Miragaya A, organizadores. Legados de megaeventos esportivos. Brasília: Ministério do Esporte; 2008. p. 309-315.
27. Silva CL. A Atuação do Profissional de Educação Física: políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro. *Licere* 2014; 17(1): 1-23.
28. Betti M. Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: inversionalidade e transversalidades na cultura esportiva e na Educação Física Escolar. *Motrivivência*. 2009; 11(32-33): 16-27.
29. Rubio K. O legado educativo dos megaeventos esportivos. *Motrivivência*. 2009; 11(32-33): 71-88.
30. Teixeira FC. Diretrizes pedagógicas do Programa Segundo Tempo e suas relações com as ações cotidianas dos núcleos [Dissertação de Mestrado]. Maringá (PR): Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação Física; 2012.
31. Oliveira AAB, Pimentel GGA. Recreio nas férias e os valores olímpicos. Maringá: Eduem; 2010. 21-37.
32. Bechara M, Silva TC. Considerações no planejamento e estruturação de um programa de educação olímpica para clubes brasileiros. In: Reppold Filho AR, Pinto LMSM, Rodrigues RP, Engelman S, organizadores. Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil. Porto Alegre: Editora da EFRGS; 2009. p. 129-142.
33. Rubio K. Valores olímpicos no recreio nas férias. In: Oliveira AAB, Pimentel GGA, organizadores. Recreio nas férias e os valores olímpicos. Maringá: Eduem. 2010. p. 21-37.
34. Dantas Junior HS. Espetacularização da escola: a educação física, o esporte e os megaeventos esportivos. *Em Aberto*. 2013; 26(89): 33-44.
35. Bernabé AP, Starepravo FA. Megaeventos esportivos: o desenvolvimento do legado esportivo educacional. *Pensar a Prática*. 2014; 17(2): 456-471.
36. Silva Júnior AP, Anversa ALB, Starepravo FA, Oliveira AAB. Os legados no campo social e educacional após realização dos megaeventos esportivos no Brasil. *Caderno de Educação Física e Esporte*. 2017; 15(2): 15-24.
37. Mascarenhas F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunamis. *Movimento*. 2012; 18(01): 39-67.